

# A inflação continuará elevada, prevê Pastore

Da sucursal de  
BRASILIA

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, previu ontem que a inflação ainda continuará entre 8 e 9% nos próximos meses, que a retomada da atividade econômica será em ritmo superior ao crescimento populacional em 1985 e que haverá a combinação de uma política fiscal de aperto com uma política monetária conservadora para o próximo ano. Pastore confirmou "o fim dos subsídios" na assistência de emergência aos bancos, mas negou mudanças no compulsório sobre os depósitos à vista e afirmou que não há nenhuma definição quanto à antecipação para 1984 da eliminação dos subsídios no crédito rural e às exportações.

Em palestra para os funcionários comissionados do próprio Banco Central, Pastore reconheceu que o ritmo da economia continuará em queda, ao longo do primeiro semestre, para alcançar a estabilidade na segunda metade de 1984. Dentro do processo de ajuste em vigor e a consequente queda da inflação, aliada à redução da participação do setor público na economia, disse que, em 1985, o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá a taxas superiores ao crescimento demográfico.

Apesar da austera política fiscal, o presidente do Banco Central afirmou que não se pode esperar queda rápida da inflação, uma vez que a política monetária permanecerá conservadora, com aperto gradual na liquidez da economia. Segundo ele, inflação de 8 a 9% nos próximos meses refletirá "a taxa endógena" da inflação brasileira.

Embora alguns técnicos do Banco Central defendam a tese de que a contenção da expansão da base mo-

netária — emissão primária de moeda e dos meios de pagamento —, papel-moeda em poder do público e mais depósitos à vista no Banco do Brasil e nos bancos comerciais — em 1984 exige a elevação do compulsório, Pastore informou que a medida não consta da pauta da reunião da próxima semana do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Confirmado mesmo está a elevação do custo da assistência financeira de liquidez. O presidente do Banco Central disse apenas que o redesconto bancário não pode ter subsídio, mas argumentou que caberá ao CMN, no próximo dia 14, definir o novo custo da assistência aos bancos. Com a inflação de 206,9% em doze meses, o Banco Central não pode dar assistência financeira ao custo de 96 a 117% ao ano, quando até a correção monetária anual atinge 156,6%.

Embora fontes dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda e do próprio Banco Central considerem certo o fim dos subsídios creditícios em 1984, Pastore assegurou que o governo ainda não tem a decisão final sobre o assunto. Ele preferiu anunciar mudanças na política de preços mínimos para evitar em 1984 a tomada especulativa de financiamentos à comercialização agrícola — Empréstimos do Governo Federal (EGF) —, como ocorreu este ano.

Ao final do encontro com os funcionários graduados do banco, Pastore manifestou a disposição de ouvir quem tenha boas idéias. Mas ninguém as apresentou, até porque, em três meses de Banco Central, Pastore não encontrou a mesma facilidade de relacionamento com o funcionalismo — também sentida pelos jornalistas credenciados no Banco — que teve o seu antecessor, Carlos Geraldo Langoni.